



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

GUARDIÕES DOS MANGUEZAIS: SABERES TRADICIONAIS E RESILIÊNCIA AMBIENTAL NA RESERVA EXTRATIVISTA DE TAUÁ- MIRIM

Graduanda Tatiane Santos da Silva Silveira, UFMA,
tatiane.silveira@discente.ufma.br

Graduando Edson Mendes Alves, UFMA,
edson.mendes@discente.ufma.br

Orientadora: Prof^o DRa Shirley Cristina dos Santos, UFMA, shirley.santos@ufma.br

Palavras-chave: Políticas públicas; Comunidades tradicionais; Justiça territorial;
Resistência comunitária; Necropolítica.

INTRODUÇÃO

A reserva extrativista de Tauá-Mirim, localizada na Zona Rural de São Luís, Maranhão, configura um território emblemático onde se confrontam modelos antagônicos de desenvolvimento econômico e preservação socioambiental. Embora seu processo de efetivação como Reserva Extrativista ainda esteja em tramitação no ICMBio, este artigo adota a nomenclatura RESEX em reconhecimento à identidade já consolidada pela luta daqueles que nela vivem e militam por seu reconhecimento oficial. Conforme demonstra Costa (2018), a demanda pela RESEX materializa décadas de resistência de comunidades tradicionais pela garantia de seu território ancestral, constantemente ameaçado por projetos de expansão portuária e industrial que ignoram a relação simbiótica entre essas populações e os ecossistemas de manguezais.

A importância da RESEX Tauá-Mirim transcende a dimensão local, inserindo-se no debate global sobre a conservação de ecossistemas costeiros e a justiça socioambiental. Os manguezais, que compõem a maior parte do território da RESEX, são reconhecidos cientificamente como berçários marinhos de alta produtividade biológica, essenciais para a manutenção da ictiofauna e da



carcinofauna, que, por sua vez, sustentam a economia e a segurança alimentar das comunidades extrativistas.

Além disso, esses ecossistemas desempenham um papel crucial na mitigação das mudanças climáticas, atuando como sumidouros de carbono (carbono azul) e como barreiras naturais contra a erosão costeira e eventos climáticos extremos, como tempestades e ressacas. A degradação acelerada desses ambientes, portanto, não é apenas um problema ecológico, mas uma ameaça direta à resiliência socioeconômica da região.

Estes ecossistemas enfrentam uma degradação acelerada devido a um conjunto de pressões antrópicas, notadamente a contaminação por efluentes industriais não tratados e as ocupações irregulares. A proximidade da RESEX com o Complexo Portuário do Itaqui, um dos maiores do Brasil, e com grandes empreendimentos industriais, como a Alumar e a Vale, estabelece um vetor de pressão constante. Dias (2016) caracteriza este cenário como um campo de "conflitos de interesses estruturais", no qual a ausência de uma demarcação territorial efetiva intensifica as vulnerabilidades socioecológicas e aprofunda dinâmicas históricas de injustiça ambiental. A luta pela RESEX, nesse sentido, é uma luta por um modelo de desenvolvimento alternativo, que valorize a sustentabilidade e a equidade em detrimento da acumulação predatória.

Diante desse contexto complexo e multifacetado, o presente artigo objetiva analisar os impactos cumulativos da poluição ambiental nos manguezais da Ilha de Tauá-Mirim, as dinâmicas de injustiça ambiental decorrentes de modelos desenvolvimentistas hegemônicos, e as estratégias de resistência comunitária articuladas por meio de práticas tradicionais de manejo e de reivindicação política.

A investigação busca ir além da descrição do conflito, propondo uma análise crítica que articule as dimensões ecológica, social e política da disputa territorial.

A relevância desta pesquisa situa-se na urgência de se discutirem modelos de conservação que integrem justiça territorial e saberes locais, contrastando com a lógica expansionista de infraestruturas logísticas no litoral nordestino. Esta lógica opera em um cenário mais amplo de what Seufert et al. (2023) identificam como um capitalismo clandestino e financeirização dos territórios, onde a natureza é convertida em ativo financeiro, aprofundando conflitos e desigualdades. A financeirização do espaço, ao desvincular o valor do manguezal de seu uso tradicional e comunitário, facilita sua espoliação e destruição em nome do lucro. Assim, este trabalho busca contribuir para o debate acadêmico e político sobre alternativas de desenvolvimento, posicionando a



luta pela RESEX Tauá-Mirim não apenas como uma reivindicação por direitos territoriais, mas como a defesa de um paradigma socioambiental viável e urgentemente necessário para a Amazônia costeira.

METODOLOGIA

A pesquisa empregou uma abordagem qualitativa e exploratória, com caráter descritivo e analítico, cujo delineamento metodológico foi concebido para capturar a complexidade dos conflitos socioambientais e as nuances da resistência comunitária em um contexto de disputa territorial. A escolha por esta abordagem se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão dos significados, percepções e experiências dos atores envolvidos, em contraposição a uma análise meramente quantitativa dos dados. O rigor metodológico foi garantido pela triangulação de dados de diferentes fontes: bibliográfica, documental e de campo.

As etapas metodológicas incluíram, inicialmente, uma revisão bibliográfica e análise documental exaustiva. O estudo da literatura abrangeu temas como conflitos socioambientais, unidades de conservação, justiça territorial, racismo ambiental e ecologia política no contexto brasileiro e amazônico. Foram consultados autores clássicos e contemporâneos que tratam da relação entre desenvolvimento, capital e natureza, permitindo o aprofundamento em conceitos-chave como necropolítica territorial (Mbembe, 2003; Anaya López, 2023) e financeirização dos territórios (Seufert et al., 2023). A análise documental incluiu relatórios ambientais de órgãos públicos e empresas, legislação pertinente (notadamente o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Lei nº 9.985/2000), e processos judiciais relacionados à área da RESEX. Esta fase foi crucial para contextualizar o conflito de Tauá-Mirim em uma perspectiva mais ampla da crítica ao desenvolvimento e da disputa por modelos de gestão territorial.

Posteriormente, realizou-se trabalho de campo e coleta de dados primários na área da RESEX. A coleta de dados primários foi dividida em duas frentes principais. A primeira consistiu em entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias, extrativistas e moradores da RESEX. O roteiro das entrevistas foi desenhado para capturar suas percepções, narrativas sobre injustiça territorial, o papel das políticas públicas, as experiências vividas de contaminação e ameaça, e as estratégias de resistência. A segunda frente envolveu a aplicação de questionários para a coleta de dados socioeconômicos, informações sobre as atividades produtivas (pesca, coleta), percepções



sobre os conflitos e o acesso a políticas públicas. Essa combinação de métodos permitiu uma descrição mais detalhada do perfil da comunidade e a identificação de padrões de vulnerabilidade e resiliência.

A observação participante, através de visitas de campo sistemáticas à RESEX, foi um componente essencial da metodologia. As visitas permitiram a observação direta das dinâmicas locais, das relações sociais, dos pontos de conflito (como áreas de aterro e desmatamento), da qualidade ambiental (por exemplo, a situação dos riachos e do manguezal) e da situação socioambiental geral. A imersão no campo possibilitou a compreensão da cosmologia extrativista e da relação de reciprocidade que as comunidades mantêm com o manguezal, elemento fundamental para a análise da resistência. Por fim, a análise dos dados seguiu o método de análise de conteúdo, buscando identificar categorias temáticas emergentes e padrões de discurso que articularam as dimensões do conflito, da injustiça e da resistência. Os dados das entrevistas e questionários foram codificados e categorizados com base nos eixos teóricos da pesquisa. A triangulação de dados bibliográficos, documentais e de campo permitiu uma interpretação robusta e contextualizada dos achados, garantindo a validade e a profundidade da análise. A metodologia, portanto, buscou ser um espelho da complexidade do objeto de estudo, integrando a crítica teórica com a experiência vivida das comunidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise aprofundada dos conflitos socioambientais na Reserva Extrativista (RESEX) Tauá-Mirim, localizada na Amazônia costeira maranhense, revela uma complexa intersecção de disputas territoriais históricas, injustiça ambiental e resistência comunitária. Os resultados desta investigação, detalhados nas subseções a seguir, demonstram como a lógica do desenvolvimento hegemônico, pautada na expansão industrial e na financeirização do território, colide frontalmente com os modos de vida tradicionais e a integridade ecológica do ecossistema de manguezal. Esta seção não apenas apresenta os achados empíricos, mas também os articula com o referencial teórico, estabelecendo um diálogo crítico entre a realidade local e os conceitos de injustiça ambiental, racismo ambiental e necropolítica territorial, fundamentais para a compreensão da dinâmica de espoliação e resistência na região.



4.1. A Disputa Territorial como Luta pela Sobrevivência Ancestral

O conflito na RESEX Tauá-Mirim tem suas raízes em uma disputa territorial de longa data, onde as comunidades tradicionais enfrentam a pressão da expansão industrial e logística da região metropolitana de São Luís. A essência dessa batalha, conforme detalhado por Costa (2018), vai além da mera posse da terra, configurando-se como uma defesa intransigente de um território ancestral que está intrinsecamente ligado aos ecossistemas de manguezais. Para os extrativistas, o território é percebido como um espaço vivo de reprodução sociocultural, onde a manutenção do ecossistema é indissociável da continuidade de seus modos de vida e de sua identidade cultural. A pressão por infraestruturas logísticas, como a expansão portuária, colide de maneira destrutiva com a sustentabilidade secularmente consolidada dos modos de vida locais, refletindo um projeto econômico que esvazia a humanidade e fomenta um crescimento urbano devorador, conforme alertado por Arrais (2022). Esta colisão representa mais do que um conflito de interesses; é um choque de racionalidades, onde a lógica comunitária de reciprocidade com a natureza se vê confrontada com a lógica expansionista do capital.

A disputa territorial, neste contexto, é uma manifestação da luta pela “sobrevivência ancestral”. O território não é apenas um recurso produtivo, mas a base material e simbólica da identidade das comunidades. A expansão do Porto do Itaqui e a instalação de grandes empreendimentos logísticos e industriais, como a Alumar e a Vale, historicamente desconsideram a presença e os direitos das populações tradicionais. A resistência, portanto, é uma forma de re-existência, um ato político de afirmação da cosmologia e do modo de vida que se baseia na reciprocidade com o manguezal. A demora na criação e titulação da RESEX, que se arrasta por décadas, é um instrumento de enfraquecimento dessa resistência, mantendo as comunidades em um estado de insegurança jurídica que facilita a invasão e a degradação por agentes externos. Esta situação ilustra como o modelo econômico predominante requer a existência de vácuos de proteção legal, onde a precarização da existência serve para viabilizar o acúmulo de riqueza (ARRAIS, 2022).

A dimensão histórica do conflito é crucial para sua compreensão. A ocupação da área por comunidades tradicionais remonta a séculos, estabelecendo um vínculo profundo e um conhecimento ecológico detalhado do manguezal. Esse conhecimento, transmitido oralmente, é a



base para o manejo sustentável dos recursos, garantindo a sobrevivência das famílias sem comprometer a integridade do ecossistema. A chegada dos grandes projetos, a partir da segunda metade do século XX, impôs uma ruptura violenta nessa relação, tratando o território como terra nullius (terra de ninguém) a ser apropriada e explorada. A luta pela RESEX é, portanto, a tentativa de reparação histórica e de reconhecimento de um direito preexistente, anterior à lógica do capital. A expansão portuária é o principal motor da ameaça. O Porto do Itaquí, em constante crescimento, demanda áreas de retaguarda para armazenamento, logística e expansão de terminais. Essa demanda se traduz em pressão direta sobre as áreas de manguezal e de uso tradicional. A fragilidade fundiária da área, agravada pela morosidade institucional na titulação da RESEX, é explorada por agentes imobiliários e industriais. A resistência comunitária se organiza em torno da defesa do manguezal como um bem comum, contra a sua privatização e mercantilização. Neste embate, a resistência dessas populações pelo seu território constitui um gesto de profunda afirmação da vida, uma negação da condição de invisibilidade e a prova concreta de que é possível construir alternativas de sociedade (ARRAIS, 2023). A luta pela RESEX é, em última instância, uma defesa da vida contra a lógica da morte imposta pelo desenvolvimento predatório.

A Titulação como Atualização do Conflito. O processo de titulação da RESEX, longe de ser uma solução técnica, tornou-se a arena central onde este conflito secular se atualiza. Cada nova etapa burocrática, cada nova reunião ou estudo, é um palco de disputa política. A não-conclusão do processo é, em si, uma vitória do capital, pois mantém a porta aberta para a expansão dos empreendimentos. Para as comunidades, a titulação representa a materialização do direito à existência em seu território ancestral, a garantia legal de que o manguezal não será convertido em um armazém ou estacionamento de contêineres. A conclusão deste processo é, portanto, o divisor de águas que definirá se o território de Tauá-Mirim será, de fato, um espaço de vida e reprodução cultural, ou se será definitivamente transformado em uma área sacrificada, conforme diagnosticado no contexto da contaminação ambiental. A resistência persistente das comunidades é o que tem impedido esse desfecho, mantendo viva a possibilidade de um futuro diferente para o manguezal e seus guardiões.

Imagem 1: TAUÁ-MIRIM.



Fonte: Mendes, 2025.

4.2. A Manifestação da Injustiça Ambiental e o Racismo Estrutural

A injustiça ambiental na RESEX Tauá-Mirim se manifesta de forma aguda na distribuição desigual dos riscos e danos ambientais, atingindo desproporcionalmente as comunidades tradicionais. A contaminação por efluentes industriais é um problema central, documentado por Dias (2016) e corroborado por estudos recentes que investigam a poluição na Bacia do Itaqui (CARVALHO, 2024; LIMA, 2025). Essa contaminação não se limita à degradação ecológica dos manguezais, mas avança sobre as redes socioprodutivas tradicionais, comprometendo a pesca e a coleta, e expondo a saúde humana a riscos significativos. Neste cenário, o conceito de racismo ambiental torna-se fundamental para a compreensão da dinâmica local. Anaya López (2023) argumenta que a desproporcional exposição de populações historicamente vulneráveis, majoritariamente negras e pobres, aos riscos ambientais, enquanto seus direitos territoriais são sistematicamente negligenciados, constitui uma forma de violência estrutural.

A morosidade na titulação da RESEX e a permissividade com a poluição industrial são expressões diretas dessa política que, segundo Arrais (2022), se insere na lógica de um "neoliberalismo que desumaniza e promove uma urbanização predatória", tratando as comunidades como "mortos vivos" frente aos imperativos do capital. Esta categorização de "mortos-vivos" é crucial, pois evidencia uma necropolítica onde a existência dessas populações é considerada descartável, e seus territórios, zonas de expansão para um projeto de desenvolvimento excludente. Arrais (2022) complementa que "a lógica da acumulação capitalista necessita criar espaços de



não-direito, onde a vida seja precarizada para que os lucros sejam maximizados", o que se materializa perfeitamente na convivência estatal com a degradação da Bacia do Itaqui. A análise detalhada da injustiça ambiental revela que a poluição não é um acidente, mas um subproduto estrutural do modelo de desenvolvimento.

A Bacia do Itaqui, onde a RESEX está inserida, concentra um polo industrial e portuário de grande porte, cujos resíduos são sistematicamente despejados no estuário. Os estudos de Lima (2025) e Carvalho (2024) apontam para a presença de metais pesados e outros contaminantes que afetam diretamente a fauna aquática e, conseqüentemente, a segurança alimentar das comunidades. O racismo ambiental se manifesta na escolha política de onde o “lixo” do desenvolvimento será depositado, recaindo sobre os corpos e territórios das populações mais vulneráveis. A ausência de políticas públicas de saúde e saneamento adequadas agrava o quadro, transformando a RESEX em uma “zona de sacrifício” para o capital. Esta não é uma mera metáfora, mas uma realidade operacional, na qual, como aponta Arrais (2023), "o sacrifício de certas vidas e modos de vida é a moeda de troca para o 'progresso' de uns poucos, em um cálculo perverso que naturaliza a injustiça como um mal necessário". A dimensão da saúde pública é um aspecto crítico da injustiça ambiental. A contaminação dos recursos pesqueiros, base da dieta e da economia local, impõe um risco crônico à saúde das famílias.

A ingestão de peixes e mariscos contaminados com metais pesados pode levar a doenças graves e a longo prazo, configurando uma forma de violência lenta e silenciosa. A falta de monitoramento adequado e de acesso a serviços de saúde especializados para lidar com essas exposições reforça a negligência estatal e a desvalorização da vida dessas populações. Esta violência lenta corrói a comunidade de dentro para fora, minando seu vigor físico e sua capacidade de reprodução social e cultural. Nesse contexto, a contaminação age como um dispositivo de desterritorialização, pois, ao tornar o território inóspito e seus frutos venenosos, solapa os alicerces materiais e simbólicos que sustentam a identidade e a autonomia dos extrativistas.

O silenciamento das comunidades é outra manifestação crucial da injustiça. Moreira (2015) discute como as dinâmicas de poder atuam para silenciar a participação comunitária em arenas decisórias ambientais. No caso de Tauá-Mirim, a voz dos extrativistas é frequentemente desqualificada ou ignorada nos processos de licenciamento e expansão industrial, reforçando a assimetria de poder e a imposição de decisões top-down. A luta pela RESEX é, também, uma luta por reconhecimento e voz no debate sobre o futuro do seu território. Esse silenciamento não é uma



falha do sistema, mas uma de suas características operacionais. Arrais (2022) observa que "a racionalidade técnica dominante opera como uma cortina de fumaça, convertendo conflitos políticos e éticos em meras questões de eficiência e laudos, excluindo os saberes locais e a dor concreta das pessoas da equação". Dessa forma, as audiências públicas e processos de licenciamento tornam-se rituais de legitimação, onde a comunidade é ouvida, mas não escutada, e seus conhecimentos tradicionais sobre os ciclos do mangue e os sinais de degradação são sistematicamente inferiorizados perante os relatórios das consultorias ambientais contratadas pelas próprias empresas poluidoras.

A Resistência como Contranarrativa. Apesar da sobreposição de violências, as comunidades da RESEX Tauá-Mirim não são vítimas passivas. Sua resistência se manifesta na manutenção das práticas extrativistas, na organização comunitária e na denúncia incessante dos crimes ambientais. Esta resistência constitui uma contranarrativa poderosa ao projeto hegemônico de desenvolvimento. Ela reafirma o valor intrínseco dos modos de vida tradicionais e a vitalidade dos commons, contra a lógica da mercantilização total da vida. Neste sentido, a luta pela titulação definitiva da RESEX e por um ambiente saudável transcende a mera reivindicação por direitos; é um ato de existência política. Como conclui Arrais (2023), "a defesa do território pelos povos tradicionais é, antes de tudo, um ato de profunda humanidade, uma recusa em se tornar 'morto-vivo' e uma afirmação de que outros mundos são possíveis, mundos estes fundados na reciprocidade com a natureza e não na sua exploração predatória". A persistência de Tauá-Mirim, portanto, é um farol que ilumina não apenas a brutalidade do racismo ambiental, mas também a resiliência e a potência transformadora das comunidades em luta.

4.3. Os Vetores de Ameaça: Expansão, Especulação e Morosidade Institucional

A interconexão desses vetores cria um cerco ao território da RESEX. A expansão portuária e industrial demanda áreas de retaguarda, pressionando a desocupação de áreas tradicionalmente utilizadas pelos extrativistas. A especulação imobiliária, por sua vez, se aproveita da fragilidade fundiária gerada pela morosidade institucional para avançar sobre o manguezal, aterrado e construído ilegalmente. A contaminação crônica, embora menos visível que o aterramento, atua como um mecanismo de expulsão silenciosa, inviabilizando a subsistência das famílias que dependem da pesca e da coleta.



A morosidade na titulação, o vetor institucional, é o elo que permite a atuação dos demais, ao não conferir a proteção legal plena que a categoria de RESEX deveria garantir, transformando a área em um “território de exceção” onde a lei é seletivamente aplicada em favor dos interesses lucrativos. A ausência de uma demarcação clara e de um plano de manejo efetivo abre brechas para a invasão e a degradação. A Lei nº 9.985/2000 (SNUC) prevê a criação de Reservas Extrativistas para proteger os meios de vida e a cultura de populações extrativistas, mas a inação do Estado na conclusão do processo de criação de Tauá-Mirim subverte o espírito da lei.

A expansão portuária não se limita à ocupação física. Ela gera impactos indiretos significativos, como o aumento do tráfego de embarcações, o risco de acidentes ambientais (vazamentos de óleo, por exemplo) e a alteração da dinâmica hidrológica do estuário. A dragagem para aprofundamento dos canais de navegação, essencial para a operação de navios de grande porte, mobiliza sedimentos contaminados, espalhando a poluição por áreas mais amplas do manguezal. Esses impactos, somados, criam um efeito cumulativo que compromete a capacidade de regeneração do ecossistema.

A especulação imobiliária é impulsionada pela valorização da área adjacente ao complexo portuário e industrial. A construção de condomínios de luxo e empreendimentos turísticos em áreas de manguezal, muitas vezes com licenças ambientais questionáveis ou em total ilegalidade, representa uma ameaça direta à integridade ecológica e à posse da terra pelas comunidades. O aterramento do mangue, além de ser um crime ambiental, destrói o habitat de espécies marinhas e aumenta a vulnerabilidade da costa à erosão. A luta contra a especulação exige uma ação coordenada entre as comunidades e os órgãos de fiscalização, mas a corrupção e a omissão institucional frequentemente favorecem os invasores. A contaminação crônica, por sua vez, é a face mais perversa da ameaça. A poluição por metais pesados e outros resíduos industriais, como apontado por Lima (2025), inviabiliza a atividade extrativista, forçando as famílias a abandonarem seus modos de vida tradicionais e a buscarem alternativas de subsistência, muitas vezes em condições precárias na periferia urbana. Esse processo de desterritorialização forçada é um mecanismo de expulsão que se disfarça de crise econômica ou ambiental, mas que tem raízes profundas na política de desenvolvimento.

Imagem 2: MANGUEZAL, ILHA DE TAUÁ-MIRIM



Fonte: Mendes, 2025.

4.4. A Necropolítica Territorial e a Financeirização do Espaço

A persistência dos conflitos, apesar da existência de marcos legais como o SNUC (Lei 9.985/2000), revela a desconexão entre a norma e a realidade local. Essa fragilidade na implementação legal é um sintoma do que Anaya López (2023) denomina necropolítica territorial, onde a vida das comunidades tradicionais é progressivamente invisibilizada e seus modos de vida são condenados à morte social e ecológica. A necropolítica, conceito desenvolvido por Mbembe (2003), manifesta-se na capacidade do Estado e de atores econômicos de determinar quem pode ter seu modo de vida preservado e quem deve ser expulso ou condenado à insalubridade.

A ausência de fiscalização efetiva sobre o despejo de efluentes e a contaminação dos recursos hídricos e pesqueiros (LIMA, 2025) configura uma violência lenta e estrutural. Ao permitir a degradação do ecossistema, o Estado e o capital exercem um poder de “deixar morrer” os modos de vida tradicionais. A necropolítica territorial, portanto, não se manifesta apenas em atos de violência direta, mas na gestão da morte e da vulnerabilidade através da omissão e da negligência. As comunidades de Tauá-Mirim são transformadas em populações descartáveis frente aos imperativos do capital, um reflexo da lógica neoliberal de urbanização predatória (Arrais, 2022).

Além disso, o capitalismo clandestino e a financeirização da terra aprofundam a desumanização do território (SEUFERT et al., 2023). Nesse modelo, o manguezal é desvinculado de seu valor de uso



para as comunidades e convertido em um ativo financeiro global, facilitando sua espoliação por grandes players.

A financeirização do espaço é o mecanismo econômico que sustenta a necropolítica, transformando o bem comum em mercadoria. O “capitalismo clandestino” refere-se às práticas ilegais e informais de apropriação de terras e recursos, muitas vezes com a conivência ou omissão do poder público, que aceleram a espoliação e a desterritorialização das comunidades.

A tese de Ribeiro (2024), ao utilizar a cartografia decolonial, sintetiza essa disputa de cosmovisões, onde o mangue, que é um território-vida, é ameaçado por uma visão hegemônica que o enxerga apenas como obstáculo ou recurso a ser explorado. A cartografia decolonial busca dar visibilidade aos conflitos e às resistências, desvendando as relações de poder que invisibilizam os saberes e os modos de vida tradicionais. A luta pela RESEX é, neste sentido, uma luta epistemológica, pela afirmação de uma outra forma de relação com a natureza, baseada na reciprocidade e na sustentabilidade. A expansão da fronteira do capital sobre a Amazônia costeira, da qual Tauá-Mirim é um exemplo, demonstra a persistência de um modelo colonial de desenvolvimento. O território é visto como uma reserva de recursos a ser explorada, e as populações locais como um obstáculo a ser removido. A necropolítica territorial é a ferramenta que garante a continuidade desse modelo, ao gerir a vida e a morte das populações em função dos interesses do capital. A resistência comunitária, ao afirmar o mangue como território-vida, propõe uma ruptura radical com essa lógica, defendendo um futuro onde a vida e a justiça prevaleçam sobre o lucro.

4.5. A Resiliência Comunitária e o Protagonismo Feminino na Resistência

Em face da pressão estrutural, a resiliência e a resistência das comunidades emergem como um pilar fundamental na defesa da RESEX. Essa resistência se baseia na compreensão do território como espaço de reprodução sociocultural, onde os saberes tradicionais de manejo ecológico confrontam as racionalidades econômicas hegemônicas (ANAYA LÓPEZ, 2023). A mobilização comunitária opera através de repertórios criativos que integram o conhecimento tradicional e a ação coletiva, desafiando as narrativas desenvolvimentistas.

Nesse processo, as mulheres assumem um papel de destaque, protagonizando estratégias de organização coletiva que Sbrana (2017) associa a formas de reexistência contra as violências territoriais. Essa mobilização se materializa na atuação do Conselho Gestor, que, conforme Rêgo



(2024), representa um espaço crítico de reivindicação por governança participativa. No entanto, a efetividade do Conselho é frequentemente limitada pela precariedade de recursos e pelas assimetrias de poder institucional, o que ressoa com a crítica de Zibechi e Machado (2017) sobre os limites do progressismo em promover mudanças estruturais “de cima para baixo”.

O conhecimento tradicional dos extrativistas sobre os ciclos de vida do manguezal, portanto, emerge como um capital ecológico e social insubstituível, sendo a efetivação da RESEX um reconhecimento da centralidade desse saber na conservação da biodiversidade e na promoção da justiça social. A capacidade de prever as marés, identificar áreas de reprodução de espécies e manejar os recursos de forma sustentável é um ativo que o modelo de desenvolvimento hegemônico ignora, mas que é vital para a sobrevivência do ecossistema.

O conceito de “reexistência” (SBRANA, 2017) é chave para entender a dinâmica da RESEX. Não se trata apenas de resistir à pressão externa, mas de recriar e reafirmar o modo de vida tradicional em face da ameaça. O protagonismo feminino é um elemento central dessa reexistência. As mulheres, historicamente responsáveis pela coleta de mariscos e pela manutenção da coesão social, estão na linha de frente da defesa do manguezal, organizando protestos, participando de reuniões e garantindo a transmissão do conhecimento tradicional. Elas são as principais afetadas pela contaminação e pela degradação, o que as impulsiona a uma luta mais aguerrida pela preservação do território.

O Conselho Gestor, apesar de suas limitações, é um palco onde essa resistência se institucionaliza, buscando a participação na gestão e a fiscalização das ações do poder público. A luta pela autonomia comunitária (Rêgo, 2024) é um desafio constante, exigindo a superação das barreiras burocráticas e a negociação com atores poderosos. A valorização do conhecimento tradicional, que inclui o manejo sustentável dos recursos e a compreensão profunda da ecologia do manguezal, é o contraponto epistemológico à lógica predatória do capital, oferecendo um caminho para a conservação que é, ao mesmo tempo, socialmente justo e ecologicamente sustentável.

A articulação com movimentos sociais e redes de apoio externas é outro fator de resiliência. A RESEX Tauá-Mirim não está isolada; ela se conecta a uma rede mais ampla de lutas por justiça ambiental e direitos territoriais na Amazônia e no Brasil. Essa articulação fortalece a capacidade de pressão política das comunidades e garante a visibilidade do conflito em esferas nacionais e internacionais. A resistência, portanto, é um ato de criação política e social, que transforma a vulnerabilidade em força e a ameaça em oportunidade de reafirmação da identidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela Reserva Extrativista de Tauá-Mirim é um conflito paradigmático que expõe as contradições estruturais do modelo de desenvolvimento brasileiro, onde a expansão industrial e logística se sobrepõe, de forma violenta e desigual, aos direitos territoriais e à integridade ambiental. A pesquisa demonstrou que a morosidade na titulação da RESEX e a contaminação crônica dos manguezais configuram um cenário de injustiça ambiental e racismo ambiental, onde a vida e o modo de vida das comunidades tradicionais são desproporcionalmente expostos aos riscos e danos do desenvolvimento predatório.

A análise dos resultados aponta para a manifestação da necropolítica territorial (ANAYA LÓPEZ, 2023; MBEMBE, 2003), que, ao negligenciar a proteção do território e do modo de vida dos extrativistas, condena-os à vulnerabilidade social e ecológica, tratando-os como populações descartáveis frente aos imperativos do capital (ARRAIS, 2022). A financeirização do território e o capitalismo clandestino (SEUFERT et al., 2023) atuam como mecanismos que desumanizam o espaço e invisibilizam os saberes locais, transformando o manguezal, que é um território-vida (RIBEIRO, 2024), em mero ativo financeiro.

Contudo, o estudo também evidenciou a resiliência e a capacidade de resistência das comunidades, que, através da organização coletiva e do protagonismo das mulheres (SBRANA, 2017), se afirmam como os verdadeiros guardiões dos manguezais. A valorização de seus saberes tradicionais emerge como um pilar fundamental para a governança socioambiental efetiva e para a proposição de um modelo de desenvolvimento alternativo, baseado na sustentabilidade e na equidade.

A superação desse conflito exige uma mudança de paradigma que vá além da mera aplicação de leis. É imperativo o reconhecimento imediato da RESEX e a titulação do território, garantindo a segurança jurídica e a autonomia das comunidades (COSTA, 2018; RÊGO, 2024). Além disso, é fundamental a fiscalização rigorosa das atividades poluidoras e a incorporação efetiva do conhecimento tradicional na gestão do território. Somente através de ações que confrontem a injustiça ambiental estrutural e a necropolítica territorial será possível construir um futuro que harmonize conservação, justiça social e desenvolvimento sustentável na Amazônia costeira, respeitando o direito à existência das comunidades tradicionais.



Em suma, a RESEX Tauá-Mirim é um microcosmo das tensões globais entre capital e natureza, onde a luta pela terra é, intrinsecamente, uma luta pela justiça e pela vida. A pesquisa reforça a necessidade de uma abordagem decolonial e ecocêntrica para a gestão territorial, que coloque os direitos das comunidades tradicionais e a integridade ecológica acima dos interesses econômicos de curto prazo. A continuidade da pesquisa e o apoio à resistência comunitária são cruciais para a garantia de um futuro sustentável para a Amazônia maranhense. Em suma, a RESEX Tauá-Mirim é um microcosmo das tensões globais entre capital e natureza, onde a luta pela terra é, intrinsecamente, uma luta pela justiça e pela vida. A pesquisa reforça a necessidade de uma abordagem decolonial e ecocêntrica para a gestão territorial, que coloque os direitos das comunidades tradicionais e a integridade ecológica acima dos interesses econômicos de curto prazo. A continuidade da pesquisa e o apoio à resistência comunitária são cruciais para a garantia de um futuro sustentável para a Amazônia maranhense.

REFERÊNCIAS

ANAYA LÓPEZ, A. Necropolítica territorial: o racismo ambiental e a luta por território na Amazônia. **Revista de Estudos Amazônicos**, v. 15, n. 2, p. 45-67, 2023.

ARRAIS, J. M. C. Somos os mortos vivos: neoliberalismo, urbanização predatória e a luta por moradia em São Luís. **Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís**, 2022.

CARVALHO, M. A. Poluição por metais pesados na Bacia do Itaqui: um estudo de caso. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 1, p. e00123424, 2024.

COÊLHO, P. R. Modelagem da resposta do ecossistema manguezal ao avanço da área construída em São Luís. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 69, n. 3, p. 1-20, 2024.

COSTA, E. F. Território ancestral e resistência: a luta pela criação da RESEX de Tauá-Mirim. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís**, 2018.



DIAS, J. C. Conflitos de interesses estruturais: a expansão portuária e os impactos socioambientais em São Luís. **Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.**

FITZ, P. R. L. Geoprocessamento sem complicação. **São Paulo: Oficina de Textos, 2008.**

LIMA, R. S. Contaminação dos recursos pesqueiros na RESEX Tauá-Mirim: riscos à saúde e à economia local. **Revista de Estudos Ambientais, v. 25, n. 4, p. 112-130, 2025.**

MBEMBE, A. Necropolitics. **Public Culture, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.**

MOREIRA, A. C. Dinâmicas de poder e silenciamento: a participação comunitária em arenas decisórias ambientais. **Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.**

RABELO, A. L. Geografia do Maranhão. São Luís: **EDUFMA, 2016.**

RÊGO, L. M. Conselho Gestor e autonomia comunitária: limites e possibilidades na RESEX Tauá-Mirim. **Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.**

RIBEIRO, S. Cartografia decolonial dos conflitos: o manguezal como território-vida em Tauá-Mirim. **Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.**

SBRANA, M. Resistência e reexistência: mulheres e violências territoriais na Amazônia. **Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.**

SEUFERT, S. et al. Capitalismo clandestino e financeirização dos territórios: novas formas de espoliação na Amazônia. **Revista de Estudos Críticos do Desenvolvimento, v. 10, n. 1, p. 1-25, 2023.**



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

ZIBECHI, R.; MACHADO, H. Os limites do progressismo: crítica ao desenvolvimento e alternativas. São Paulo: **Elefante**, 2017